

Jurisprudência em Sinopse¹



■ Não se defere mandando de segurança para restabelecer decisão homologatória de acordo, cuja minuta foi assinada equivocadamente pelo juízo no período do recesso forense e não publicada (SBDI-II, DOUGLAS ALENCAR). [**TST-RO-152-74.2018.5.08.0000**](#)

■ Configurado o contrato de trabalho “simbiótico”, com dois empregadores no mesmo local de trabalho e mesmas condições, somam-se os valores dos adicionais de insalubridade pagos para o atendimento do índice legal devido, inclusive em valor até superior (1T, AMAURY PINTO). [**TST-Ag-AIRR-1000447-87.2020.5.02.0066**](#)

■ O cômputo prescricional no caso da incidência de horas extras e outras verbas salariais decorrentes de ação trabalhista na complementação de aposentadoria conta-se da decisão condenatória (2T, MARIA HELENA). [**TST-RR-10191-12.2021.5.03.0018**](#)

■ No caso de sucessão de sindicatos, o sindicato sucessor fica sujeito à incidência da coisa julgada decorrente de acordo judicial homologado em que figurou como parte o sindicato sucedido (2T, des^a. conv^a. MARGARETH COSTA).

[**TST-RR-1751-24.2017.5.17.0003**](#)

■ Presume-se discriminatória a dispensa arbitrária de empregada portadora de câncer,

¹Sinopse elaborada pelo NUGEP-NAC do TRT-9^o, resumindo as ementas em única frase. Os links remetem a dados do processo, acórdão e ementa.

²Ementas publicadas no [**Informativo TST 262**](#)

por considerar que essa moléstia causa estigma ou preconceito (3T, GODINHO DELGADO).

TST-Ag-AIRR-24415-66.2019.5.24.0041

■ A falta de repasse de verbas públicas não é fato imprevisível, pelo que não constitui força maior para justificar a inexigibilidade de multa por atraso de salários. (3T, GODINHO DELGADO). **TST-RR-1317-86.2016.5.23.0008**

■ É competente a Justiça do Trabalho para o exame de pedido de indenizações pela falta de contribuições à FUCEF na época própria e decorrentes de ato ilícito imputável ao ex-empregador, caso esse não abrangido pelo tema 1021, de IRDR, do STF (3T, GODINHO DELGADO). **TST-RRAg-10961-43.2019.5.03.0028**

■ Reconhecido direito a jornada reduzida à reclamante, empregada pública, sem redução de remuneração para cuidado da mãe, com Mal de Alzheimer, e irmã com Hipertensão Congênita (3T, FREIRE PIMENTA). **TST-AIRR-629-04.2021.5.07.0006**

■ Mandado de segurança não deferido contra autuação do Ministério do Trabalho por notificação sem caráter punitivo em razão de não admissão de aprendiz (3T, FREIRE PIMENTA). **TST-AIRR-1341-92.2019.5.17.0003**

■ Embora, nos termos do art. 41, da CLT, seja competência Ministério do Trabalho reconhecer vínculo de emprego e lavrar o respectivo auto de infração, nas situações em que o vínculo não se evidencia de forma clara e insofismável, não cabe ao auditor fiscal “julgar” a situação e lavrar o respectivo auto (5T, DOUGLAS ALENCAR)

TST-Ag-ED-RR-2634-36.2011.5.02.0055

■ Imóvel registrado em nome de pessoa jurídica pode ser reconhecido como bem de família. (6T, KÁTIA ARRUDA). **TST-RR-0020701-43.2019.5.04.0401**

■ Em ação coletiva de sindicato laboral contra o INSS, com mais de 15 mil substituídos, em que determinou-se, por Portaria da Corregedoria Regional a reunião das execuções perante o seu Juízo Auxiliar, conta-se o quinquênio prescricional da data dessa Portaria (7T, CLÁUDIO BRANDÃO). **TST-Ag-AIRR-32-17.2017.5.02.0070**

■ Decisão de Tribunal Regional que admite o uso do SIMBA apenas por exceção, conforme Resolução do CSJT, não implica violação direta e literal à Constituição (7T, des. conv. JOÃO SILVESTRIN). [TST-Ag-AIRR-164900-17.2008.5.15.0021](#)

■ Celebrado regular convênio escolar para a realização de curso de especialização, não se configura grupo empresarial entre as instituições de ensino convenientes (7T, des. conv. JOÃO SILVESTRIN). [TST-RR-10678-49.2019.5.03.0180](#)

■ A multa por litigância de má-fé, ainda que aplicada na fase de execução, deve ser calculada pelo valor corrigido da causa, já que regras que fixam penalidades devem ser interpretadas restritivamente (7T, des. conv. JOÃO SILVESTRIN).

[TST-RR-174000-38.2008.5.15.0007](#)

■ É possível a penhora de créditos trabalhistas do executado em outra ação, inclusive por se tratarem de créditos de mesma natureza alimentar e a execução já pender há mais de 26 anos. (8T, DELAÍDE ARANTES). [TST-RR-80200-79.1995.5.03.0092](#)

■ É válida cláusula convencional que prevê a compensação das horas extras com a gratificação de função percebida, com base no Tema 1046, de Repercussão Geral do STF. (8T, AGRA BELMONTE). [TST-RRAg-10178-89.2020.5.03.0004](#)

Célio Horst Waldraff

Desembargador Presidente
do NUGEPNAC do TRT-PR

Dúvidas ou sugestões:

nugep@trt9.jus.br - Ramal 3310-7153
Al. Doutor Carlos de Carvalho, 528
2º andar do prédio anexo